



GESTÃO SOCIAL E COMPROMISSO SOCIAL SOLIDÁRIO

Maria da Glória Marcondes Gohn*
Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Brasil
Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil
mgohn@uol.com.br

RESUMO

O texto focaliza o debate sobre formas de gestão social de bens públicos desenvolvidas por entidades civis em parceria com órgãos públicos. A questão central focalizada é a do compromisso social dos diferentes atores e agentes envolvidos no desenvolvimento de projetos sociais ou participação em conselhos, ouvidorias, observatórios ou outras formas de participação social na esfera pública. O argumento central desenvolvido é – a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas onde há aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro de formação, onde a informação é um elemento e não a finalidade da ação.

Palavras Chaves: Gestão social; Projeto social; Compromisso social.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondencia: Rua Manuel Jacinto, 932 bloco 11 apt 161 São Paulo – SP/Brasil CEP 05624-001 Tel 55 11 3771 3167

INTRODUÇÃO

O texto focaliza o debate sobre formas de gestão social de bens públicos desenvolvidas por entidades civis em parceria com órgãos públicos. A questão central focalizada é a do compromisso social dos diferentes atores e agentes envolvidos no desenvolvimento de projetos sociais ou participação em conselhos, ouvidorias, observatórios ou outras formas de participação social na esfera pública. O argumento central desenvolvido é – a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas onde há aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro de formação, onde a informação é um elemento e não a finalidade da ação.

O texto contém três partes. A primeira discute a relação responsabilidade social versus compromisso social do ponto de vista histórico e ético. A segunda aborda o tema da participação social nas práticas de compromisso ou responsabilidade social. A terceira parte trata a sociedade civil mobilizada à participação nos projetos de compromisso social juntamente com órgãos públicos e privados, em formas de gestão social compartilhadas na sociedade brasileira.

RESPONSABILIDADE SOCIAL X COMPROMISSO SOCIAL

Após a fase movimentalista da sociedade latino-americana, especialmente a brasileira, dos anos de 1970 e 1980, na luta contra os regimes militares, um novo dicionário de termos e jargões entrou em pauta na agenda das políticas, tanto das empresas (públicas ou privadas), como nas políticas sociais governamentais e, progressivamente, nas universidades. Um dos verbetes principais foi o da responsabilidade social. Sabemos que vários direitos sociais foram conquistados nas novas Cartas Constitucionais. Tratava-se agora não só de implementá-los, mas também disciplinar suas contraposições, os deveres. E a responsabilidade civil das empresas, cidadãos, universidades, etc., entraram neste rol. As empresas privadas foram as primeiras a adotar os novos códigos e discursos da responsabilidade social nas re-engenharias que passaram implementar face às transformações advindas da globalização econômica. A maioria das estratégias das empresas tem sido tratar as questões de responsabilidade social como um processo de gestão empresarial corporativo em dois grandes campos. No primeiro, ela pode ser entendida tanto como política interna das empresas, a qual se refere à melhoria da qualidade de vida dos colaboradores – terminologia pós-moderna para funcionários ou simplesmente empregados; no segundo, como política externa – quando é dirigida ao entorno próximo ou longínquo da empresa ou universidade, em ações sociais continuadas que buscam promover a inclusão social de populações classificadas como vulneráveis ou menos favorecidas. Observam-se nos argumentos das políticas que justificam estas ações uma lógica discursiva impulsionada pelo campo dos negócios – as empresas têm

responsabilidade porque têm lucros, os cidadãos pagam impostos, nem todos tem acesso aos bens produzidos, as empresas também devem colaborar na criação de condições gerais para a manutenção do modelo econômico. A responsabilidade social é vista como uma ação de solidariedade (instrumental) do produtor/suporte da ação – a empresa no caso, para com aquele que recebe à ação ou o benefício, visto como usuário/consumidor

Atualmente, empresas e organizações sociais têm alterado a denominação em seus estatutos e regimentos de “responsabilidade social”, para “compromisso social”. Dentre estas organizações encontramos a universidade, especialmente as privadas e as comunitárias. Usualmente, elas recomendam também que as práticas da responsabilidade/compromisso social devem ser suportadas por uma consciência sobre a necessidade de um desenvolvimento ambientalmente equilibrado e socialmente justo.

Contudo, estas noções surgiram num momento crítico e muito contraditório do processo de globalização – de expansão dos processos produtivos no planeta segundo nova divisão internacional do trabalho, onde há trabalho, mas escassez de emprego com direitos sociais formais; ocorre a ocupação econômica de novos territórios, mas de forma selvagem – estrangulando a indústria local, inundando o mercado local com produtos importados de baixo custo e qualidade, destruindo culturas locais, ao mesmo tempo em que se valorizam práticas de produção alternativas, produtos artesanais, etc. Em países como o Brasil, resulta que temos empresas prósperas e universidades de excelência em ambientes urbanos e regiões de habitação e moradia popular deteriorados; consumidores de alto, médio e até os de baixo poder aquisitivo extasiados com o mundo do consumo, ao mesmo tempo em que ainda temos altos índices de pobreza, exclusão social e injustiças sociais; um grande contingente de força de trabalho excedente, mas inapta às necessidades técnicas das empresas – as quais continuamente preconizam que deve haver mais qualidade na educação, ao mesmo tempo falta mão de obra qualificada para certas funções.

Nesta conjuntura, pergunta-se: qual a densidade e a validade das noções, responsabilidade/compromisso social e desenvolvimento sustentável? Serão capazes de resolver ou impactar os problemas sociais existentes? Ou são apenas novas formas de encobrir problemas sociais? A ação socialmente responsável restabelece as condições para seu crescimento e perpetuação? Sustentabilidade ambiental e social são necessidades da sociedade ou só de grupos corporativos? E as universidades? Têm algo a ver com tudo isto? Sabemos que elas também têm assumido estas noções como mote de suas ações, quer seja nos programas e projetos desenvolvidos nas parcerias, na propaganda e *marketing* para seduzir/arregimentar alunos, etc. A maioria delas transformou seus departamentos de extensão à comunidade em políticas de responsabilidade social com o desenvolvimento de projetos sociais. Como atuam, de fato, as no campo da responsabilidade/compromisso social? São práticas antigas sob uma nova roupagem ou são efetivamente novas práticas?

De concreto podemos constatar - com as últimas novidades na revolução tecnológica na informática, nos meios de comunicações, nas mídias interativas, nas novas formas de divisão internacional do trabalho, etc. o sistema capitalista necessita de um gigantesco processo de revisão e adaptação à realidade por ele mesmo engendrada, para que as injustiças sociais sejam combatidas. E esta adaptação não tem sido construída pelos agentes econômicos, muito menos pela universidade com sua faceta operacional quantitativa, mas ela tem sido pautada, criada e impulsionada pelo protagonismo da sociedade civil organizada. A responsabilidade/compromisso social, por exemplo, enquanto iniciativa foi incorporada em muitas empresas como resposta às pressões de movimentos sociais – especialmente ambientalistas, que denunciavam os impactos negativos das empresas no meio ambiente e na saúde de seus trabalhadores e da população do entorno; ou a pressões sobre a responsabilidade das empresas para com o desenvolvimento social do país onde atuam, sob o argumento de que o Estado, ou melhor dizendo, os governos constituídos – dadas suas estruturas seculares e a não reforma efetiva destas estruturas operacionais, não têm sido capazes de responder e agir de forma eficaz em relação a toda demanda de problemas sociais geradas pelo modelo econômico vigente.

Importa neste momento fazer uma releitura destas ações, ressignificando o termo compromisso social enquanto políticas de orientação de comportamentos, condutas, desenvolvimento de valores, criação de imaginários sociais, mentalidades e práticas efetivas, de forma distinta da lógica empresarial – que usualmente é de caráter instrumental. Importa refletirmos sobre lógicas da ação coletiva de caráter emancipador, voltadas para o desenvolvimento e crescimento dos seres humanos, um desenvolvimento social e econômico com justiça social e igualdade social (que não é a mesma coisa que equidade social). Supõe-se que deve predominar outra lógica das ações empreendidas, formadas em rede e articuladas por princípios da solidariedade e da cooperação, onde o compromisso social vincula-se ao desenvolvimento sustentável – não para desobrigar governos ou entidades de prover recursos econômicos, mas sustentável no sentido de formar, qualificar, criar condições que levem à emancipação dos grupos populacionais envolvidos e à melhoria da qualidade de vida.

A transfiguração de responsabilidade para compromisso social incorpora outra lógica na qual as ações desenvolvidas devem estar ancoradas em princípios éticos, de solidariedade não instrumental/estratégica, mas solidariedade humana. Incorpora outra cultura política, a ser construída no processo. Para exemplificar estes princípios e analisar a realidade brasileira “o atual contexto de aquecimento global, depredação da natureza, perda de biodiversidade. Dada a urgência de pensar em um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para bem viver, o campo das organizações da sociedade civil em defesa dos direitos e bens comuns se coloca como

desafio pensar uma economia que não seja produtivista-consumista (Associação Brasileira de Organizações não Governamentais [ABONG], 2012).

Completo o exemplo com uma citação longa de Ivo *Lesbaupin*:

“Conhecemos as causas estruturais do problema e sabemos que, para reverter o processo, é fundamental mudar o modelo de desenvolvimento dominante, voltado para o crescimento econômico. Não podemos ficar produzindo e consumindo incessantemente, como se nossos recursos naturais fossem ilimitados, como se a Terra não fosse finita. Em segundo lugar, mostrar que existem meios para enfrentar a situação atual. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, de produtivismo-consumismo: desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e nas sociedades para que todos possam viver bem. Temos de produzir aquilo de que precisamos, não o que o “mercado” quer que consumamos. É possível interromper o processo destruidor e as soluções não são apenas teóricas: hoje em dia, em vários lugares do mundo e do nosso país, estão sendo praticadas formas sustentáveis de vida, que geram alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, sem transgênicos. Existem fontes de energia que não prejudicam seres humanos nem a natureza em geral e elas são suficientes para aquilo de que necessitamos. O que falta é generalizar estas experiências, que elas se tornem políticas públicas, de modo que não falte água para ninguém, não falte alimentos, não falte trabalho. Não estamos diante de um cenário inevitável: há soluções, elas existem. O que é necessário é abandonar as concepções e as práticas depredadoras, assumir uma concepção de desenvolvimento centrada na vida e eleger como política prioritária as soluções que vêm sendo apontadas pelos povos” (*Lesbaupin*, 2012, Informes ABONG 499).

Chegamos assim ao argumento central já apresentado— a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. Ela não pode ser um programa elaborado em um gabinete e implantado junto a um grupo social. Se assim for, estaremos no terreno da assistência, da caridade, ou do clientelismo. O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas – quer seja uma universidade ou outra, onde há aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro do processo e não as imagens de uma empresa, a busca do lucro ou do *marketing*. Trata-se de um processo de formação, onde a informação é um elemento e não a finalidade da ação. Trata-se de processos onde se expressa o protagonismo da sociedade civil. Como este protagonismo também é amplo vou destacar neste texto o associativismo dos movimentos sociais, ONGs e outras entidades do Terceiro Setor, tratando-os como agentes estruturantes de possíveis formas de desenvolvimento sustentável. Objetiva-se apresentar estes atores e indicar possíveis impactos no território, quando estes atores se organizam em redes de instituições. Objetivamos destacar o campo da educação, tanto as lutas e movimentos no seu interior, como a educação responsável pela formação dos cidadãos. Consequentemente, a universidade é um dos palcos privilegiados destas ações. Que saberes impulsiona ou constrói? Qual seu papel no processo de mudança e transformação social, especialmente em contextos de desigualdades e injustiças sociais?

Desde logo demarco um ponto importante: a universidade tem responsabilidade no trato das questões que estamos focalizando. Ela deve ser vista como centro de sistematização, organização e produção de conhecimento. Sabemos que há várias formas de conhecimento, mas a universidade tem que ter como meta o compromisso com a produção de saberes e conhecimento. Situa-la como

mero espaço físico de cursos de capacitação, principalmente os aligeirados, é um grande equívoco. Massificação não é sinônimo de emancipação, poderá ser uma nova forma de controle social. Enquanto compromisso com a prática reflexiva, as universidades devem estimular, principalmente, a produção de conhecimentos que explicitem a realidade, e não ser meros centros de prestação de serviços, ou *shoppings* para titular as novas camadas sociais que estão chegando ansiosas à universidade.

Na atualidade, a formação ganha novos contornos com o desenvolvimento das novas tecnologias, especialmente as advindas da informática, das redes e meios comunicacionais. A informação tornou-se um produto mais acessível, via a *Internet* e outros meios digitais. A questão é: qualificar esta informação e selecioná-la. Para tal é preciso uma formação crítica, uma formação que tenha fundamentos para que se possa localizar e compreender o contexto e as tramas articulatórias envolvidas nas informações. Formar cidadãos(ãs) críticos, ativos e não meros espectadores dos fatos exige outro tipo de universidade que não é a predominante neste novo século.

Certamente que ao falarmos do caráter da formação universitária estamos discutindo também um dos temas centrais da modernidade, a educação. Passo, assim, para a segunda parte deste texto abordando o tema da participação social, pois as práticas de compromisso ou responsabilidade social não ocorrem em cenários descontextualizados. Elas são usuais em programas, projetos e planos que envolvem a sociedade civil organizada. Esta parte destacará os sujeitos que demandam políticas públicas nas áreas sociais básicas (saúde, educação, segurança e mobilidade urbana) ou seja, a sociedade civil mobilizada à participação nos projetos de compromisso social juntamente com órgãos públicos e privados, em formas de gestão social compartilhadas.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O tema da participação social partir dos anos de 1990 torna-se de uso corrente no Brasil. O Banco Mundial, as agendas das ONGs e dos movimentos sociais, as empresas públicas e privadas e as formulações das políticas públicas das instituições estatais, dão destaque às práticas sociais participativas dos mais diferentes tipos. A partir daquela década, envolver os cidadãos com o Estado e as instituições de governança com representantes da sociedade civil organizada passa a ser usual nas práticas e nas propostas de estudos e pesquisas. O ideário participativo torna-se um consenso e ganha destaque no vocabulário das políticas públicas. Enfatiza-se o papel dos atores sociais na reconstrução, sustentação e aprofundamento da democracia no Brasil, destacando-se o protagonismo da sociedade civil (Costa, 2002; Dagnino, 2002; Avritzer, 2008; Gohn 2008; Lavallo, Castello & Bichir, 2008).

Cria-se um qualificativo à Participação: a Participação Cidadã. Inicialmente esta categoria ganha centralidade e deixa de ser a comunidade ou o povo, como era referenciada nos anos de 1980, e passa a ser utilizada para referir-se à sociedade como um todo. “A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal” (Carvalho, 1995 p. 25). A participação cidadã envolve práticas que rompem com a tradição de distanciamento entre a esfera onde as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população. O conceito de Participação Cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo a definição das prioridades nas políticas públicas, a partir de um debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas. Portanto, não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas as políticas públicas também têm papel importante. A principal característica deste tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm. Os diferentes tipos de conselhos gestores existentes no Brasil após a Carta Constitucional de 1988 são exemplos de participação cidadã. Isto implica na existência do confronto (que se supõe democrático) entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais. Todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas. Novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto mais ao direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social- sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais.

A Participação Cidadã envolve direitos e deveres (diferentemente da concepção neoliberal de cidadania que exclui os direitos e só destaca os deveres, vendo o cidadão como um mero cliente de um mercado ou um usuário de um serviço prestado); os deveres, na perspectiva cidadã, articulam-se à idéia de civilidade, a concepção republicana de cidadão.

A sociedade civil organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada “comunidade” é tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública. Para que venha a ocorrer a Participação Cidadã, os sujeitos de uma localidade/comunidade precisam estar organizados/mobilizados de uma forma que, ideários múltiplos fragmentados possam ser articulados.

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO PARTICIPATIVA DE ORGANISMOS PÚBLICOS

Quem são os atores que são considerados como os principais protagonistas da sociedade civil brasileira após a Constituição de 1988? Ela é bastante diversificada onde se destacam as redes associativas e de mobilização. São as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de Direitos Humanos, grupos de defesa dos direitos dos excluídos, por diferentes causas como: gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais, inúmeras associações com perfis variados, entidades do chamado 3º Setor ou entidades sem fins lucrativos, fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, etc. Entidades ambientalistas, de defesa do patrimônio histórico, associações e redes comunitárias nos bairros, associações comunitárias, entidades assistenciais, organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, conselhos populares, conselhos setorializados, conselhos gestores institucionalizados e os diversos conselhos de gestão pública compartilhada existente. Todos eles, junto com fundações e empresas cidadãs, passam a compor esse novo leque do que tem sido denominado como o associativismo civil.

Disso tudo resulta que a sociedade civil organizada contemporânea não é homogênea, nem composta por atores que tenham o mesmo entendimento dos problemas sociais, políticos e culturais da sociedade.

Podemos aglutinar este leque diferenciado de atores coletivos em quatro sujeitos sociopolíticos, a saber:

- a) Os Movimentos Sociais- considerados como categorias empíricas (podendo ser localizados territorialmente), ou como categoria conceptual- uma forma de estruturação de relações sociais, conforme definiu Melucci (2001).
- b) As entidades sem fins lucrativos que se subdividem em ONGs independentes, entidades assistenciais e entidades do mundo empresarial articuladas pelo chamado Terceiro Setor. Observatórios de pesquisa, acompanhamento, diagnósticos e disponibilização de dados e informações públicas.
- c) Os Fóruns, Plenárias e Articulações Nacionais e Transnacionais.

d) Conselhos Gestores de projetos, programas ou políticas sociais, considerados pelos formuladores das políticas públicas como ativos sociais. Procuradorias Públicas, Conferências nacionais, Ouvidorias públicas e outras formas de participação no campo institucional articuladas a órgãos públicos.

A partir de 1990, vários movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. No caso da habitação, por exemplo, o próprio Estatuto da Cidade, é resultado dessas lutas. O Fórum da Participação Popular e tantos outros fóruns e experiências organizativas locais, regionais, nacionais e até transnacionais, estabeleceram práticas, fizeram diagnósticos e criaram agendas, para si próprios, para a sociedade e para o poder público. O Orçamento Participativo em diferentes cidades brasileiras, e vários programas públicos, surgiram como fruto desta trajetória. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Reforma Sanitária que levou a criação do SUS - Sistema Único de Saúde, a luta pela Reforma Urbana, as Câmaras Setoriais da Construção Civil, as Câmaras dos Usuários do Sistema de Transportes Coletivos, as Câmaras Setoriais tripartirdes na indústria automobilística, os diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, dos direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos, das escolas, e outras formas de colegiados e estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, as Conferências Nacionais da década de 2000 etc. são exemplos vivos da conquista e da força da participação organizada.

Os conselhos gestores propriamente ditos são sempre citados como grandes conquistas da Constituição de 1988 porque eles demarcaram espaços institucionais para transformar em lei a participação da sociedade civil na esfera pública (via conselhos). É importante ter presente - o fato de estar na lei não garante a operacionalização da lei (ou sua implementação). Foi necessário a pressão organizada para que muitos conselhos viessem a ser criados de fato; assim como as Procuradorias e Ouvidorias Públicas. Outro aspecto importante de se ter bem presente - os conselhos compostos com representantes da sociedade civil não devem nunca ser vistos como órgãos para substituir a ação do Estado, mas para lutar para que o Estado cumpra o seu dever: priorizar a educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade e para todos. Devem, portanto, ter e considerar a experiência de cada cidadão que neles se inserem e não tratá-los como corpos amorfos a serem enquadrados em estruturas prévias, num modelo pragmatista/utilitarista. Dewey já dizia: Só é experiência o que refletimos, o que aprendemos. O que se sedimenta na memória. É aquilo que vêm alimentar o sonho, a utopia, a esperança, a ilusão.

Por isso é importante atentar para as estruturas de participação social existentes hoje no Brasil de forma que elas possam ser instrumentos ou espaços de controle social efetivo visando à democratização do poder e à construção de processos emancipatórios – termo que foi deixado de lado, ou esquecida por alguns; a participação da sociedade civil organizada deve ser um instrumento

que abra caminho para um novo modelo de desenvolvimento social com crescimento qualificado da economia, geração de emprego e desenvolvimento sócio-cultural do povo brasileiro em geral. Não é mais possível participar de estrutura de gestão pública legitimando políticas sociais excludentes, compensatórias e assistencialistas. A emancipação tem que voltar à agenda sócio-política como horizonte de mudança e transformação social. O protagonismo de novos atores, advindos de coletivos organizados que adentraram as esferas públicas após os anos 90 precisa se transformar em sujeitos críticos e atuantes, co-participes de processos que apontem para a construção efetiva de políticas sociais públicas emancipatórias. Políticas sociais compensatórias não produzem empoderamento social. Entendendo que a transformação social é um processo lento e demorado, tanto para a sociedade civil como para a sociedade política, e não é um processo espontâneo. Os governos devem administrar para a sociedade, com a sociedade, com políticas públicas emancipatórias. E não para criar redes de atrelamento, porque nesse caso o controle social se inverte. Torna-se o Estado controlando a sociedade. E a sociedade civil deve se organizar, participar, reafirmo novamente, não para substituir o Estado ou a ação do governo, mas para fazer com que esse cumpra seu papel e dever.

A participação nos conselhos e outras esferas públicas deve ser para fiscalizar e co-gestionar as políticas, exercendo um controle social democrático. Por isso a importância do caráter deliberativo, a questão da co-gestão e entender a esfera pública de uma forma compartilhada. Para o bom funcionamento desses conselhos – há uma série de requisitos (Gohn, 2013b). Entretanto, observando o funcionamento de vários conselhos na atualidade, nota-se que há ainda muitas lacunas e várias necessidades continuam presentes. Por exemplo, eles devem ser dotados de recursos, terem cursos voltados para formação e não mero repasse de informações (lembrando-se de que o exercício em si já é um processo formativo, há um caráter educativo nesse processo); eles são espaços políticos de formação, visibilidade das demandas, clarificação dos cidadãos organizados que atuam como atores políticos, interagem com os poderes instituídos, não são meros usuários (muitas vezes seus participantes são vistos como usuários), têm direito a fala e não só a ouvir, é uma interlocução pública que se supõe transparente; pressupõe também que os conselhos sejam qualificados, eles têm que ter legitimidade, autoridade moral para terem representatividade. As competências e atribuições dos conselhos devem ser claras, devem ter instrumentos jurídicos de apoio para implementar e fiscalizar as decisões.

Quando se pensa no Estado Democrático de direitos, quem deve mandar não é só o governo mas deve-se ter uma ação compartilhada com a sociedade civil organizada. Se pensarmos em controle social a ideia é a de fiscalizar e monitorar as ações do governo, o conselho como espaço educativo, porque ele vai gerando uma cultura política nova, a da participação cidadã. A ideia do conselho como esse exercício da cidadania ativa, requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e protagonistas da sua história. Cidadãos que aprendam a fazer leituras do mundo

e a entender onde estão atuando, os rumos que estão tomando e ajudando a construir. Ver também os conselhos em termos de orientar a ação pública, fornecendo critérios e parâmetros para sua efetivação e exercendo uma vigilância sistemática. Deve haver cobrança permanente dos governos enquanto prazo de implementação, acompanhamento, busca de publicização, etc. e certamente há vários instrumentos pelo controle, campanhas, instrumentos jurídicos, acompanhamento da ação dos parlamentares, realização de conferências, utilização de assessorias e agências, etc.

CONCLUSÕES

Este artigo destacou várias conquistas no plano da vida associativa brasileira contemporânea, examinando os novos espaços institucionais mas também o restante da cena-como ficaram os sujeitos sócio-políticos organizados em movimentos, associações etc. da sociedade civil, o que demandam, como alteram suas práticas. Focalizamos os conselhos e as estruturas colegiadas criadas após 1988, para serem parte da gestão compartilhada. Destacamos que eles ainda precisam desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de “grupos lobbistas”. Precisam atuar como coletivos que desenvolvam saberes não apenas normativos (legislações, como aplicar verbas etc.) – mas que discutam e participem também de outras importantes questões tais como: o papel dos fundos públicos no campo de disputa política e a necessidade de novas políticas na gestão desses fundos públicos. É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam valores - aqui entendidos como: participar de coletivos de pessoas que são diferentes mas devem ter metas iguais. Vários setores relativos às áreas sociais, a exemplo dos sistemas educacionais, estão cada vez mais descentralizados e abertos; estão assim não por dádiva mas por trabalho - fruto de demandas e pressões da sociedade civil, conquista dos movimentos sociais organizados. Mas o espaço apenas não basta, ele tem que ser qualificado; se não houver sentido de emancipação, com projetos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços ainda mais autoritários do que já eram quando centralizados.

Participar dos conselhos e colegiados é uma urgência e necessidade imperiosa. Mas é uma preparação contínua, permanente, de ação e reflexão. Não basta um programa, um plano, ou um cursinho, ou conselho. Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade com o universal, é retomar as utopias e priorizar a participação na construção de agendas que contemplem projetos emancipatórios, projetos que coloquem como prioridade à mudança social e qualifiquem seu sentido e significado. Temos que voltar a politizar o político no sentido de socialização do poder e não fechamento do poder, para que não nos tornemos uma república de técnicos, especialistas e competentes no gerenciamento de diretrizes técnicas. Temos que reconstruir os projetos políticos que se escondem por detrás do tecnocratismo. Mais do que nunca temos que rediscutir o que é um projeto político emancipatório, retornar a reflexão sobre democracia como

soberania popular, do povo e para o povo. Pautar o debate sobre a soberania da comunidade significa dizer não a inclusão excludente, a modernização conservadora que busca resolver problemas econômicos utilizando-se de formas do assistencialismo, caridade, etc. Ao se discutir a soberania da comunidade local, e de um povo, estaremos fornecendo pistas para analisar a metamorfose que atualmente se opera nos discursos sobre a realidade brasileira, tão fragmentada mas ao mesmo tempo, tão cheia de esperança no sentido de mudanças qualitativas. Temos que politizar áreas do social, como a assistência e a educação – no sentido de inseri-las de fato como prioridade política nacional e não apenas discurso estratégico de plataformas eleitorais; e com elas, os seus conselhos. Há necessidade de se atingir a mídia, para que a educação ganhe legitimidade junto à sociedade. Afinal, os conselhos e colegiados são partes de uma gestão compartilhada e governar é oportunidade de construir espaços de liberdade, desenvolver a igualdade e, em suma: construir o projeto da emancipação com sentidos e significados, com marcos referenciais substantivos, e não participar de cenários armados estrategicamente. Observa-se que há na atualidade, especialmente entre os jovens, um desencantamento da política pela expansão da racionalização das formas de gerir a coisa pública. A racionalização da gestão deve objetivar trazer à razão o que emergiu das paixões das ruas, das demandas, sem aniquilá-las, sem substituir a política no sentido de defesa dos interesses da maioria, pelo discurso da eficácia e eficiência. Reiteramos novamente: a participação da sociedade civil na esfera pública-via conselhos e outras formas institucionalizadas, não é para substituir o Estado mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar assistência, educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos, em direção a um projeto de emancipação dos excluídos.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. (2012). Comunicação da ABONG. *Anais do 1º Fórum Brasileiro de Redes, Organizações e Ativistas de Defesa de Direitos*, São Paulo, SP, Brasil.
- Adorno, T. (2000). *Educação e Emancipação* (2ª ed.). Rio De Janeiro: Paz e Terra.
- Avritzer, L. (2008). Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública Campinas*, 14(1), 43-64.
- Carvalho, M. C. (1995). *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Instituto Pólis.
- Costa, S. (2002). *As Cores de Ercília- Esfera Pública, Democracia, Configurações Pós-Nacionais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Dagnino, E. (Org.). (2002). *Sociedade Civil e Espaços Públicos*. São Paulo: Unicamp /Paz e Terra.
- Etzioni, A. (1998). *The Essential Communitarian Reader*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Gohn, M. G. (2014a). *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed.

- _____. (2014b). *Educação Não-Formal e Cultura Política* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- _____. (2014c). *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica* (8ª ed.). São Paulo: Ed. Cortez.
- _____. (2014d). *Educação Não-Formal e o Educador Social*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- _____. (2013). *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012a). *Teoria dos Movimentos Sociais* (10ª ed.). São Paulo: Loyola.
- _____. (2012b). *Movimentos Sociais e Educação* (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- _____. (2008). *O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, Ongs e Redes Solidárias* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- _____. (2007). *Não-Fronteiras: Universos da Educação Não-Formal*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural.
- Habermas, J. (2007). *A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política* (3ª ed.). São Paulo: Ed. Loyola.
- Honneth, A. (2003). *Luta Por Reconhecimento. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2012). *Sociologia da Ação Pública*. Maceió: Edufal.
- Lavalle, A., Castello, G., & Bichir, R. M. (2008, outubro). Atores Periféricos na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 23*(68), 73-96.
- Lesbaupin, I. (2012). Cúpula dos Povos por justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e da natureza em defesa dos bens comuns, *Informes ABONG*: no 499. Recuperado de <http://www.abong.org.br/informes.php?id=5300&it=5302>
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Ranciére, J. (1995). *Políticas da Escrita*. São Paulo, Ed. 34.
- Ribeiro, T. G. (2010). *O Conceito de Desenvolvimento Participativo nas Ações do Estado – Uma Proposta para a Amazônia*. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2010.
- Romano, J., Andrade, M. P., & Antunes, M. (Orgs.). (2007). *Olhar Crítico Sobre Participação e Cidadania* (Coleção Olhar Crítico, vol. 1). São Paulo: Expressão Popular/ ActionAid Brasil.
- Santos, B. S. (Org.). (2002). *Democratizar a Democracia*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.
- Touraine, A. (2005). *Un Nouveau Paradigme*. Paris: Ed. Fayard.

SOCIAL MANAGEMENT AND SOCIAL COMMITMENT IN SOLIDARITY

ABSTRACT

The text focuses on the debate on ways of social management of public goods developed by civilian entities in partnership with public agencies. The central question is focused on the social commitment of the different actors and agents involved in the development of social projects or participation in councils, Ombudsman's offices, observatories or other forms of social participation in the public sphere. The central argument is developed-the action of social commitment is an historical building between different actors and social agents. Social commitment is the result of a bundle of relationships and actions with sense and meaning intelligible and agreed between the institutions and organizations where there are leanings, construction of knowledge, actions that place individuals in the center of their training, where information is an element and not the purpose of the action.

LA GESTIÓN SOCIAL Y EL COMPROMISO SOCIAL DE SOLIDARIDAD

RESUMEN

El texto se centra en el debate sobre las formas de gestión social de los bienes públicos desarrollados por entidades civiles en colaboración con los organismos públicos. La pregunta central se centra en el compromiso social de los diferentes actores y agentes implicados en el desarrollo de proyectos sociales o participación en los consejos, las oficinas del Defensor del pueblo, observatorios u otras formas de participación social en la esfera pública. Se desarrolla el argumento central – la acción de compromiso social es una construcción histórica entre distintos agentes y actores sociales. Compromiso social es el resultado de un conjunto de relaciones y acciones con sentido y significado inteligible y consensuado entre las instituciones y organizaciones donde hay aprendizajes, construcción del conocimiento, acciones que son individuos en la formación del centro, donde la información es un elemento y no el propósito de la acción.

Palabras claves: Gestión social; Proyecto social; Compromiso social.